




The historical document as a pedagogical instrument: possibilities and experience

O documento histórico como instrumento pedagógico: possibilidades e experiência

SOUZA, Alice Nascimento de ⁽¹⁾; SILVA, Sheyla Farias ⁽²⁾

⁽¹⁾  0000-0001-6382-9287; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, Alagoas (AL), Brasil. E-mail: nalice437@gmail.com.

⁽²⁾  0000-0001-6540-1719; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, Alagoas (AL), Brasil. sheylafarias@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article aims to socialize experiences in the Pedagogical Residency Program, making considerations about the use of textbook and historical documents. In this sense, it is a question of presenting the possibilities of usefulness of didactic materials beyond mere illustration, but as an efficient device to subsidize and boost history classes. The choice of the discussion of the textbook is linked to its importance and the protagonism it assumes in the Brazilian school context. Therefore, its content is related to the mandatory skills and competencies described in the BNCC. On the other hand, the function of documents, understood as the main source of historiographic production, allows students to glimpse the remnants of the past, which enables the construction of critical historical knowledge. Therefore, from the analysis of the content and historical documents used in the didactic production Inspire History by Seriacopi and Azevedo, the article aims to foster the discussions and opportunities present in the textbook. The dynamics in the room proved to be efficient and profitable as the students felt instigated to think about the symbols present, in the possible narratives that the documents transpose and their importance in the context studied.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo a socialização das experiências no Programa Residência Pedagógica, fazendo considerações acerca da utilização do livro didático e dos documentos históricos. Nesse sentido, trata-se de apresentar as possibilidades de utilização dos materiais didáticos para além da mera ilustração, mas enquanto um dispositivo eficiente para subsidiar e dinamizar as aulas de História. A escolha da discussão do livro didático está vinculada a sua importância e o protagonismo que assume no contexto escolar brasileiro. Logo, seu conteúdo está relacionado à obrigatoriedade de habilidades e competências descritas na BNCC. Por outro lado, a função dos documentos, entendidos como fonte principal da produção historiográfica, permite aos discentes vislumbrar os resquícios do passado, o qual corrobora na construção do conhecimento histórico crítico. Portanto, a partir da análise do conteúdo e dos documentos históricos utilizados na produção didática Inspire História por Seriacopi e Azevedo, o artigo pretende fomentar as discussões e oportunidades presentes no livro didático. A dinâmica em sala mostrou-se eficiente e proveitosa à medida que os discentes sentiram-se instigados a pensar sobre os símbolos presentes, nas possíveis narrativas as quais os documentos transparecem e sua importância no contexto estudado.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 04/03/2022

Aprovado: 14/06/2022

Publicação: 01/07/2022



Keywords:

Pedagogical Residency,
textbook and historical
documents.

Palavras-Chave:

Residência Pedagógica,
livro didático e documentos
históricos

Introdução

Estudos sobre a história da educação escolar brasileira desvelam que a dissociação entre as teorias educacionais estudadas nos cursos de licenciaturas e a complexa realidade imposta pelo universo escolar, constitui-se no principal desafio para que os recém-licenciados. Destarte, pensando em dirimir a distância entre teoria e prática docente, nos últimos anos uma série de políticas públicas vem sendo adotadas a fim de propiciar aos licenciandos experiências docentes, para além do estágio supervisionado. Nesse sentido, o Programa Residência Pedagógica apresenta-se como possibilidade de articulação entre teoria e prática na formação docente em cursos de licenciatura, ao tempo em que oportuniza aos licenciandos, a partir do 5º período letivo, vivências continuadas por dezoito meses no ambiente escolar, onde refletirão sobre o pleno exercício da docência.

Desse modo, as instituições de educação básica da rede pública brasileira constituem-se em *locus* ideal para o desenvolvimento do Programa de Residência Pedagógica, visto que por serem demarcadas pela diversidade sociocultural, possibilitam aos licenciandos a experimentação de uma nova epistemologia da prática, uma vez que os saberes profissionais estudados nos cursos de graduação serão aplicados neste ambiente escolar diverso ao mesmo tempo em que forem aprendidos.

O subprojeto de História/núcleo Delmiro Gouveia, integrante do projeto institucional *Programa Residência Pedagógica da UFAL: saberes, fazeres e identidade docente*, em consonância com o Plano Nacional de Educação (2014), a Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (2015), a Base Nacional Comum Curricular de História (2017), Orientações curriculares do Estado de Alagoas (2019) e os Parâmetros Curriculares Nacionais de História tem como um dos objetivos contribuir para a formação inicial de professores no curso de licenciatura em História/ UFAL/Campus do Sertão, promovendo a integração entre educação superior e educação básica por meio da inserção dos licenciandos no cotidiano escolar.

Ao longo da execução do Programa, as ações formativas desenvolvidas visaram instrumentalizar os residentes a desempenharem habilidades e competências específicas do ensino de História e conduzi-los a compreender como se dá a construção e importância do conhecimento histórico. Assim, este artigo apresenta-se como um dos resultados desta reflexão-ação-reflexão, uma vez que analisa as experiências observadas a partir da utilização do livro didático, enquanto recurso pedagógico, durante a execução das aulas de História, na turma vespertina do 9º ano da Escola Municipal de Educação Básica Noêmia Bandeira da Silva, situada no município de Delmiro Gouveia/AL, por ocasião da vigência do Programa de Residência Pedagógica no ano de 2021.

Em face às limitações concernentes ao período de excepcionalidade, em virtude da pandemia da COVID-19, as atividades em sala de aula não puderam tomar as proporções desejadas, sendo utilizado, mais do que nunca, o bem conhecido recurso pedagógico - o livro didático. Por ser um dos elementos da cultura escolar mais presente na maioria das escolas brasileiras, o livro didático constitui-se como importante instrumento de trabalho do docente e principal recurso no processo de ensino-aprendizagem dos discentes. Desse modo, apresentamos neste artigo análises a partir do manejo do livro didático *Inspire História* (2018) acerca das abordagens tecidas quanto ao uso de documentos históricos. Pela brevidade deste texto, privilegiamos o capítulo que mais foi dinamizado em sala de aula e, expondo as metodologias e as possibilidades de apropriação dos documentos históricos para além do descrito no livro.

O livro didático de história hoje

Os materiais didáticos (livros, filmes, jornais, revistas, mapas, etc.) são mediações entre o ensino e a aprendizagem, porém a escolha em adotá-los não se restringe aos aspectos pedagógicos, mas deve ser encarada como instrumentos de controle do ensino por parte de agentes do poder, bem como um posicionamento político visto que revela o “comprometimento dos professores e da comunidade escolar perante a formação do aluno” (Bittencourt, 2008, p. 298).

Entre os materiais didáticos, o livro didático vem desempenhando papel central no cotidiano escolar brasileiro, tanto para os estudantes quanto para os docentes, visto que por vezes constitui-se como único recurso pedagógico disponibilizado, em especial, aos integrantes das escolas públicas. Por outro lado, apesar de sua notável importância no processo de ensino-aprendizagem e sistematizarem o conteúdo histórico provenientes das propostas curriculares vigentes e da produção historiográfica, estes textos escolares recebem inúmeras críticas, entre elas, por tentarem definir o currículo a ser aplicado nas aulas e por serem mercadorias ligadas ao mercado editorial e a lógica da indústria cultural.

Nos anos de 1980, no bojo das pautas sociais demandadas pela sociedade civil, no período de abertura política e redemocratização nacional, estava a busca por soluções para dirimir os baixos índices qualitativos apresentados na educação pública brasileira. Assim, passaram a ser discutidas a possibilidade de elaboração de um material didático que viesse a padronizar os conteúdos abordados em sala de aula, subsidiar a prática pedagógica e não onerasse o orçamento familiar. Essas discussões culminaram com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985, o qual tinha como objetivo distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas, contando com a efetiva participação do professor na seleção e indicação desses materiais didáticos.

Desde então, este programa de democratização do livro didático consolidou-se como maior política educacional pública do Brasil no quesito investimento de verbas públicas associado ao número de beneficiados, atraindo a atenção do mercado editorial. Segundo Circe Bittencourt “o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece a evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado.” (2004, p. 71).

Nos últimos anos, para poderem ser arrolados entre as indicações do Programa Nacional do Livro Didático, estes instrumentos pedagógicos passaram a ser submetidos a criteriosa avaliação, realizada por equipes de especialistas de cada área, as quais analisavam as diferentes coleções e emitiam pareceres sobre os livros inscritos. Assim, nota-se que esses materiais pedagógicos passaram por profundas reformulações, fossem para atender as demandas dos setores mercadológicos ou para adequa-se às orientações curriculares em vigor. Isto implicou em melhorias na qualidade do texto, das ilustrações e do grafismo deste instrumento pedagógico.

No início do século XXI, a questão fulcral discutida entre os especialistas em educação brasileira era sobre quais assuntos deveriam ser ensinados em todo território nacional, sendo em 2015 convocadas comissões compostas por especialistas para elaborar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi sancionada em 2017. Desde então, a BNCC passou a ser fundamental para entender essas produções didáticas, uma vez que seu objetivo está alicerçado na igualdade de direitos de aprender e possui um conjunto de aprendizagens que os docentes precisam se apoiar na busca de uma educação igualitária e comum a todos. Dentro de suas habilidades e competências é possível destacar o reconhecimento do educando enquanto sujeito histórico que possui conhecimentos prévios e o imprescindível diálogo entre o passado e presente apoiado nos usos dos documentos. Assim, as produções didáticas precisam estar alinhadas às propostas da BNCC.

Desse modo, o livro didático adotado para o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, durante o quadriênio 2020-2023, na Escola Municipal de Educação Básica Noêmia Bandeira da Silva foi o da Coleção Inspire (2018). Ao seguirem as prescrições da BNCC e dos pressupostos teórico-metodológicos da disciplina escolar História, os professores Reinaldo Seriacopi e Gislane Azevedo elaboraram esse instrumento pedagógico que:

[...] em seus quatro volumes, apresenta de forma integrada, cronológica e linear a História da Europa, do Brasil, da América, da África e da Ásia. Nessa abordagem, são feitas relações entre o passado estudado e tempo presente, valorizando-se o protagonismo de diferentes sujeitos sociais nos processos históricos e a diversidade de povos e culturas. (Brasil, 2019, p. 129).

Destarte, por entender que o livro didático possui participação basilar na educação brasileira e, por vezes, é o único recurso didático que o docente e os discentes possuem, se fez uma análise textual acerca desse material pedagógico da editora FTD adotado na escola-campo onde foram desenvolvidas as atividades da Residência Pedagógica, atentando especialmente para as maneiras com que os documentos foram utilizados para subsidiar as discussões na disciplina de História conforme orienta a BNCC.

Documento: semântica e utilização didática

A utilização de documentos nas aulas de História precisa ser problematizada à luz das concepções de documento e da necessidade do fazer pedagógico. Andrade (2007) explica que, no fim do século XIX e início do século XX, os documentos eram encarados como provas reais e que, a partir do advento da Escola dos Annales, movimento historiográfico dos anos 1930, os sentidos acerca dos documentos foram ampliados, bem como seus tipos, ou seja, o documento não está mais restrito ao documento escrito, mas compreende as ilustrações, a literatura, fotos, quadros, músicas, etc.

Karnal e Tarsch (2017) compreendem documentos históricos com “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a pretérita” (p. 24). A partir disso, podemos inferir que a utilização dos documentos em sala de aula não pode restringir a sua significação como a prova do passado, mas enquanto uma marca do passado, enquanto fragmentos da memória e fonte de um passado abstrato.

Com base nisso, o manejo dos documentos históricos em sala de aula precisa ter alguns cuidados:

- 1) É necessário reconhecer que os documentos são instrumentos pedagógicos eficientes, mas que não possuem a mesma serventia para o professor e para o historiador. O documento pode ilustrar uma ideia defendida pelo docente, servir como fonte de informação ou introduzir uma situação-problema - que é mais comum na produção aqui analisada - mas não deve ser confundida com a apropriação que os historiadores fazem;
- 2) Quando da escolha do documento, a faixa etária e grau de escolaridade da turma precisam ser levados em consideração, pois cada tipologia documental - sejam manuscritos, fotografias, quadros, livros, mapas - possui sua própria linguagem, a qual deve favorecer o interesse, o diálogo e a análise por parte dos educandos;
- 3) Por fim, é imprescindível que a utilização do documento auxilie o estudante na formulação de uma visão aproximada do acontecimento particular, bem como do contexto geral do evento. Segundo Bittencourt (2008, p. 331), “deve favorecer o domínio de conceitos históricos e auxiliar na formulação de uma generalização, ou seja, de um acontecimento particular para o geral”.

Os docentes devem ficar atentos ao objetivo de utilizar documentos em sala de aula, pois não se pretende formar pequenos historiadores, mas a partir de uma breve contextualização do cenário de produção do documento, estimular o potencial criativo dos alunos em suas análises. Desse modo, espera-se sair do lugar comum de indicar os documentos nos livros sem interpretação, sem situar o aluno no contexto e nas finalidades de produção daquele material.

Análise didática e possibilidades de utilização

No livro didático produzido por Seriacopi e Azevedo (2018), os documentos que foram utilizados por eles visam fomentar a percepção acerca do acontecimento e/ou marca do passado particular para formulação do geral, bem como preconiza Bittencourt (2008). Assim, a metodologia utilizada reflete sobre as limitações do conhecimento histórico à medida que não retrata o passado tal qual ocorreu, mas cria representações dos fatos históricos. Está coerente com as ideias de cultura política e a história dos conceitos, na qual não apenas expõe um conceito, mas o contextualiza e exemplifica. Assim, fica palpável aos discentes assimilarem que os fatos históricos são representações associadas aos modos de ver algo que se passou. A metodologia está vinculada à frequente utilização de conceitos em cada capítulo que, segundo os autores, foram escolhidas através dos critérios de relevância e pertinência.

Durante toda a produção didática, os autores refletem no corpo principal do texto a situação na qual os grupos sociais experimentaram os fatos descritos, o que corrobora para que os discentes entendam a necessidade de se pensar a pluralidade e as maneiras com que os grupos sociais foram tratados em nível estrutural, bem como de subsidiar as discussões de gênero, raça, classe. Esse fator é pertinente devido sua centralidade na construção narrativa, assim a situação popular não fica marginalizada apenas em boxes e quadros, os quais por vezes são negligenciados pelos docentes, mas estão no centro do (s) capítulo (s).

Os autores privilegiam pensar os fatos através de dados, produções artísticas e movimentos sociais, o que é benéfico na superação da memorização de fatos e nomes de sujeitos históricos ditos importantes. Certamente, os autores não negligenciam os fatos relevantes e os atores históricos por trás deles, mas não é o foco principal das construções textuais nesse livro.

Por outro lado, houve uma tentativa de se trabalhar com a História Global, ou seja, embora a discussão fosse em âmbito local/nacional haviam referências a fatos por todo o mundo. Esse fator foi considerado benéfico por fugir da interpretação estática da História.

Para além do texto conteudista, são sugeridas ao longo dos capítulos nesse livro didático atividades vinculadas a sistematização, ao debate e ao trabalho em grupo, dispostas nas seguintes seções: a) “Diálogos” que promove a reflexão entre o micro/local e o macro/nacional; b) “Interpretando os documentos” há uma maior análise dos documentos

sejam eles escritos, oficiais ou visuais; c) “Organizar as ideias” estão relacionadas às competências e habilidades da BNCC e a verificação da leitura do capítulo; d) “Teste seus conhecimentos” há um esforço maior de atividades de verdade ou desafio para confrontar e interpretar as mesmas informações em construções discursivas diferentes; e) “Hora de Refletir” há uma maior preocupação em trabalhar com os conceitos expostos nos capítulos.

Em relação a quantidade de atividades, é muito superior à possibilidade de realização em sala de aula. Embora haja diversos tipos e finalidades - o que também é um ponto positivo para escolha do professor - é quase irrealizável cumprir com todas as atividades propostas e, considerando o tamanho limitado do texto principal, são as atividades que protagonizam. Levando em consideração que o livro é para muitos dos estudantes o único material disponível para pesquisa, seria mais pertinente que houvessem mais textos no corpo principal do capítulo.

Os fatos históricos elencados não se limitam a uma narrativa factual e estática. As construções discursivas dos autores sempre estão atreladas a pensar e visualizar primeiro a situação social, depois as narrativas passam a apresentar dados, nomes importantes de cada período, economia e política. A infeliz característica que acompanha a obra toda está nas abordagens se limitarem a poucas páginas, entre cinco e ou sete, mas esse fator não está sobre o controle dos autores, é um problema exterior a eles que está atrelado ao mercado editorial.

Os usos das fontes históricas nesse livro são as fotografias, quadros, cartazes, jornais, documentos oficiais, literatura, charges. Esses materiais dialogam e refletem a relação entre o passado e presente, tal abordagem defendida e indicada pela BNCC. Essas imagens não são dispostas aleatoriamente, antes conta com o texto principal para relacioná-los e exemplificar, bem como demonstrar as produções do período. Acerca da relação entre passado e presente fora percebido que na abertura de cada capítulo contém fotografias atuais de manifestações e/ou realidade social que fará a exemplificação de um problema iniciado há muito tempo. Um exemplo é o primeiro capítulo em que são exemplificadas manifestações artísticas e protestos das chamadas minorias políticas, as quais no decorrer do capítulo serão estudadas à luz do processo de instauração da República brasileira e sua massiva exclusão. Corroborando, portanto, para estabelecer esse diálogo entre passado e presente à medida que também elucida a proposta curricular para o 9º ano do ensino Fundamental: cidadania, violência, meios de comunicação e equidade.

Outros documentos utilizados são os oficiais, isto é, aqueles produzidos pelo Estado, tais como a Constituição Federal, Estatuto das Pessoas com Deficiência, Estatuto do Idoso, etc., no caso da história nacional. Em nível internacional, os autores expõem diversas leis da Alemanha Nazista no documento Lei de proteção do sangue e honra dos alemães (1935), ou a Carta de Direitos Humanos. Bem como, há muita fotografia de eventos históricos, como a Revolta do Forte de Copacabana, e políticos, como a ascensão de Hitler, posse de Getúlio Vargas.

Portanto, avalia-se que o número de documentos apresentados nos capítulos é satisfatório e pertinente às discussões. De igual modo, a variedade de tipos de documento torna as discussões e as temáticas mais leves e didáticas, favorecendo a compreensão e a maximização do processo de ensino aprendizagem. Nessa perspectiva, a escolha de documentos e a disposição deles foi considerada favorável a criticidade inerente do saber histórico. É relevante ressaltar que os documentos utilizados estão baseados nas orientações da BNCC que entende que o uso de documentos é fundamental para a compreensão da História, assim os autores privilegiam principalmente a leitura de imagens e cria a possibilidade de problematização.

Possibilidades de utilização dos documentos

Nessa parte do texto, a pretensão é relatar o uso dos documentos já dispostos nesse material didático em conjunto com a abordagem dinâmica e trazendo referências de historiadores. Essa aula foi ministrada para uma turma de 9º ano, a qual já possuía maturidade para interpretar os documentos e socializar suas impressões. Inicialmente, foi pensado trazer essa abordagem dividindo a sala em grupos e indicar um documento para cada grupo e, finalmente, após a discussão em grupos, levantar suas interpretações e dúvidas. Mas, dado o período pandêmico, essa abordagem não foi possível ser realizada, embora trouxesse outros benefícios como o confronto entre cada interpretação de cada discente e a formação de opinião através da socialização entre os membros do grupo.

Assim, para que esses documentos não fossem esquecidos nos livros, a maneira encontrada foi indicar as páginas em que cada documento se encontrava e todos poderiam afirmar o que achavam, quais significados acreditam estar representado, qual a narrativa que cada documento indicava, etc. Essa dinâmica foi realizada depois da explicação mais tradicional, então já havia uma certa proximidade com o tema.

Inicialmente, foi apresentado o contexto histórico do começo do ano de 1889, a saber a República foi um golpe isolado, o qual a população não esperava. Foram apresentadas as motivações dos cafeicultores, dos militares e das desavenças dos padres com os maçons. Em seguida, houve a explanação acerca da origem do termo República (nasce na Roma Antiga e sua tradução literal significa “*coisa pública*”) e em como a adoção dessa organização política não faz jus à suposta integração das classes populares ao novo sistema. A citação ao livro de José Murilo de Carvalho veio a elucidar o que se havia explicado: “(...) *na ocasião da república [Aristides Lobo] assistira os acontecimentos bestializados, sem compreender o que se passava, talvez uma parada militar.*” O que demonstra tanto a exclusão massiva da população, quanto o protagonismo militar. Posteriormente, foi explicado acerca da influência positivista nesse momento, especialmente com a exaltação do novo regime político manifestado na adoção de hinos, bandeiras e fabricação de heróis nacionais.

Assim, passou-se a explorar algumas divisões presentes no livro didático: em “Organizar as ideias” havia diversas questões referentes à análise da tela “A Pátria” a qual já tinha sido citado no texto principal, já em “Interpretando documentos” havia a ilustração de Angelo Agostini, de 1898 pela revista *Ilustrada* e a charge “O filhote” de 1910, obra de Stormi, na qual solicita que o aluno responda o que representa e qual a narrativa representação da República que essas imagens trazem. A primeira traduz a expectativa positivista na qual a figura central expõe o documento com o nome do recém país e o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Já no segundo, transparece a desilusão do povo brasileiro em ver que mudou o regime, mas que a situação permaneceu.

Por fim, em “Fechando a Unidade” há três documentos oficiais: a Constituição de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e o Estatuto do Idoso (2003), os quais têm um propósito de reconhecer a conquista tardia de direitos. Ao todo, somam-se cinco páginas de exercícios que, certamente não daria para realizar todas, levando em consideração o tempo da aula, o avanço no encerramento do ano letivo e pela disposição dos alunos. Assim, a abordagem pretendida foi discutir oralmente onde os discentes apenas viam em seus livros os documentos e dialogavam acerca das impressões.

Como já foi explicado, a quantidade de exercícios é superior à realizada em sala então, após a culminância, foi passado uma atividade que objetivava avaliar se haviam assimilado as questões centrais da discussão. Desta maneira, as perguntas estavam atreladas a explicação das mudanças do regime político no Brasil e como as minorias foram contempladas, bem como explicar as tentativas de construção de simbologia republicana que viesse a substituir a simbologia enraizada da monarquia brasileira, sem deixar de elencar os momentos e decisões políticas e econômicas da República da Espada.

Considerações finais

A partir do exposto, a pretensão coerente é criar aulas dinâmicas e fornecer utilidade ao livro além da mera leitura textual. Certamente não são todas as produções didáticas que fornecem essa possibilidade de atuação. Mas o que é lícito destacar é a importância e a validade com que os discentes interpretam e tecem conexões entre o conteúdo assimilado e as representações presentes nos documentos. Assim, é necessário pontuar o quão fundamental é a existência da BNCC, aqui entendida como ferramenta jurídica que denota a importância da discussão entre passado e presente, da utilização de documentos para construção do saber histórico, bem como da conquista do PNL D que se vê atrelada a BNCC na formulação de recursos didáticos que auxiliem o ensino-aprendizagem.

A abordagem defendida e a breve descrição das experiências no Programa Residência Pedagógica tendem a corroborar para o ensino crítico e criativo através dos materiais disponíveis nas escolas públicas brasileiras. Por outro lado, a abordagem pode ser ampliada a

outras atividades em sala, além da culminância entre as impressões dos alunos e a mediação do docente.

As experiências em sala, as discussões teóricas particulares do curso de História somados aos recursos e teorias pedagógicas auxiliam no bom entendimento acerca da explanação e formas de encaminhar os educandos a assimilação do conhecimento. O exercício da docência é inerente a possibilidade criativa dos docentes em tecer abordagens e dinâmicas que tragam suas turmas a experimentar e a pensar historicamente. Por certo, as limitações são uma realidade, seja pela falta de apoio escolar e/ou de material, no entanto é fundamental que os docentes e/ou licenciandos saiam do lugar comum de utilizar os mecanismos disponíveis apenas do modo tradicional. É necessário ousar.

Agência financiadora

Este artigo é resultado das experiências vivenciadas no âmbito do Programa Residência Pedagógica financiado pela CAPES.

REFERÊNCIAS

- Andrade, V. C. (2007). Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino. In: A. M. Monteiro, A. M. Gasparello, M. S. Magalhães (Orgs.) *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. (pp. 231-237). Mauad Editora.
- Bittencourt, C. M. F. (2004). *O saber histórico em sala de Aula*. (9ª ed.). Contexto.
- Bittencourt, C. M. F. (2008). Usos didáticos de documentos. In: C. M. F. Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*. (pp. 327-350). Cortez Editora.
- Brasil. Ministério da Educação (1985). Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). [Programa Nacional do Livro e do Material Didático \(PNLD\) – Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)
- Brasil. Ministério da Educação (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais de História. [História \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br)
- Brasil. Ministério da Educação (2014). Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. [PNE - Plano Nacional de Educação.indb \(tcmgo.tc.br\)](http://tcmgo.tc.br)
- Brasil. Ministério da Educação (2017). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). [Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br)
- Brasil. Ministério da Educação (2019). *PNLD 2020: história – guia de livros didáticos*. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
- Carvalho, J. M. (2021). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. (4ª ed.). Companhia das Letras.
- Referencial Curricular de Alagoas - RECAL (2020). [habilidadesprioritarias interativo 3.pdf \(educacao.al.gov.br\)](http://educacao.al.gov.br)
- Seriacopi, R.; Azevedo, G. (2018). *Inspire História*. FTD.